



Sintrajufe RS

T-Liga

Filiado à
FENAJUFE



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS – Nº 257 – De 15 a 29 de outubro de 2007

PL 319 é aprovado na CTASP

O PL 319/07 foi aprovado no dia 10/10, na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara. O projeto unifica a carreira judiciária (mantidos os três cargos) e a define como exclusiva de Estado. Além disso, retoma o adicional de qualificação (5%) por formação superior aos técnicos judiciários. Não foram incluídos os auxiliares judiciários.

As emendas apresentadas pelo relator Rodrigo Maia (Dem-RJ) foram acolhidas por

Sandro Mabel (PR-GO), autor do substitutivo. Elas garantem a redistribuição em todo o Judiciário Federal – não por ramo, como na remoção. O projeto manteve a liberdade total na ocupação por extraquadros nos gabinetes dos ministros dos tribunais superiores, mas aumentou para 55% (na lei atual são 50%) nas secretarias dos mesmos tribunais. Nos regionais, permanecem os 50%. O substitutivo também manteve o pagamento da GAJ para servidores cedidos a outros

órgãos fora do Judiciário Federal. O texto aprovado explicitou a retroatividade a junho de 2006 do adicional de qualificação por graduação superior aos técnicos judiciários.

Apesar das ressalvas (CJs nos gabinetes dos tribunais superiores e ainda a não-inclusão dos auxiliares), o texto atende à reivindicação dos servidores de recolocação de pontos vetados na lei do PCS. O projeto segue para a Comissão de Finanças e Tributação.

Nesta edição

40 anos da morte de
Che Guevara
Página 2

Seminário sobre
negociação coletiva
Página 3

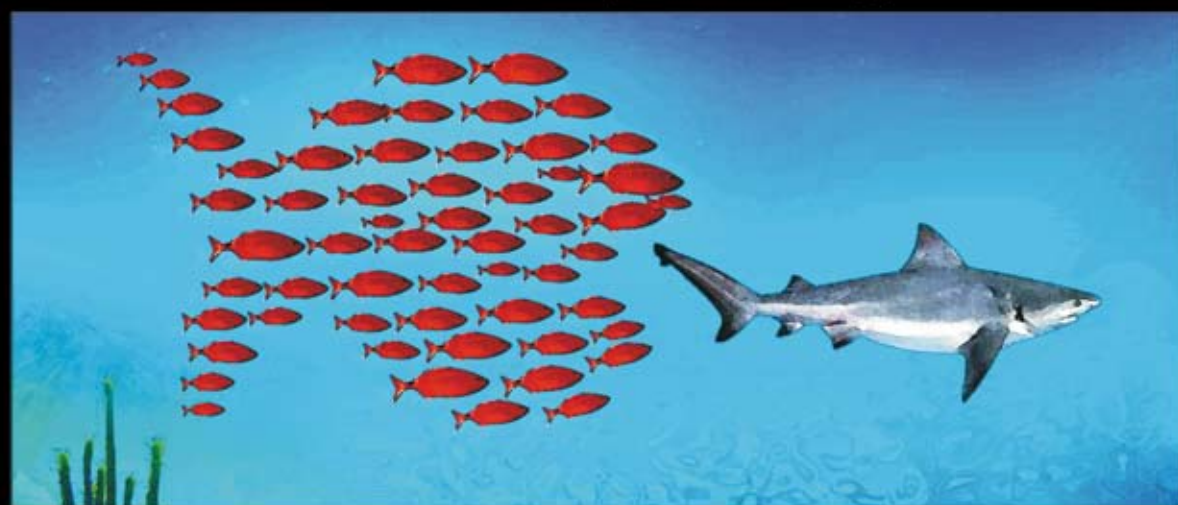
Recesso é retirado
da pauta do Senado
Página 4

Contribuição
previdenciária
Página 5

Pagamento de
passivos da JE
Página 6

Dia da Criança
Página 8

Assédio moral, comigo NÃO!



Descubra a força da sindicalização!



Sintrajufe RS
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS



FENAJUFE
CUT

Nova campanha de sindicalização

A campanha de sindicalização do Sintrajufe entra em uma nova etapa. Dessa vez, o foco é um assunto que se alastra cada vez mais no mundo do trabalho: o assédio moral. Sob o mote *Assédio Moral, Comigo, Não!*, o trabalho será lançado no dia 30/10, por ocasião do Dia do Servidor Público (28/10, um domingo).

O sindicato preparou uma

cartilha, que descreve o assédio e indica o que se deve fazer para evitá-lo e/ou enfrentá-lo. É um trabalho abrangente, levando em conta também os trabalhadores da iniciativa privada. O objetivo é estimular esse debate e contribuir para banir a prática do assédio, fator de desestruturação e adoecimento.

A cartilha será distribuída

em bancas nos prédios de Porto Alegre e enviada por Correios e malote para o interior. A campanha também será divulgada em camisetas (arte acima). Os sindicalizados interessados em adquiri-las poderão inscrever-se, a partir de 31/10. Todos serão atendidos, a medida é apenas uma maneira de racionalizar a produção de material.

■ Serviço

>> **O que:** esquetes sobre a nova campanha

Quando: dia 29/10

Onde: prédios de Porto Alegre

>> **O que:** coquetel de lançamento da campanha

Quando: dia 30/10

Onde: local a ser definido

>> **O que:** bancas para distribuição do material da campanha

Quando: dia 31/10

Onde: prédios de Porto Alegre

Movimento

Ato lembra 40 anos da morte de Che Guevara

No dia 9/10, o assassinato de Ernesto Guevara de la Serna, o Che, por soldados bolivianos comandados por militares dos EUA, completou 40 anos. Nascido na Argentina, o médico de formação gravou seu nome na história mundial, ao lado de Fidel Castro, a partir da Revolução Cubana, em 1959, que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista, preposto do governo norte-americano na ilha caribenha. Partidos políticos de esquerda, movimento estudantil, entidades do movimento popular e sindical – incluindo o Sintrajufe – e a Associação Cultural José Martí organizaram a jornada de atividades intitulada Che Vive.

No dia 8/10, o sociólogo argentino Atílio Boron, secretário executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e professor de Teoria Política na Universidade de Buenos Aires, realizou conferência a um auditório lotado da Assembléia Legislativa. A mesa contou com a participação do diretor Alê representando o Sintrajufe. Para Boron, além de revolucionário, Che era um importante teórico, pois suas idéias continuam presentes e atuais na agenda da esquerda mundial. Boron fez um retrospecto da vida do homenageado e teceu críticas contundentes à abordagem da imprensa (principalmente a revista Veja), que nas últimas semanas, não pouparam esforços em desconstituir a figura do líder revolucionário.

No mesmo dia, músicos e compositores como Carlos Cachoeira, Eduardo Solari, Leonardo Ribeiro, Liane Schüller, Nei Lisboa, Raul Elwanger e grupo Unamérica homenagearam Che em um ato-show. No dia 10/10, foi a vez do grupo de teatro Caixa de Pandora apresentar o *Fragmentos de uma homenagem a Che Guevara*, no auditório Luiz Eurico Tejera Lisboa, do Colégio Júlio de Castilhos. A jornada incluiu ainda um debate com o conselheiro da Embaixada de Cuba no Brasil, Sergio Martinez, cujo tema central foi a prisão dos cinco cubanos nos EUA e os 45 anos do bloqueio econômico.

Marcos Eiffel / Divulgação



Auditório Dante Barone ficou lotado nas homenagens ao líder revolucionário

Emendas populares

Diversas entidades, entre elas Sintrajufe, Famurs (municípios gaúchos), Cpers, CUT, os conselhos estaduais da Saúde e de Educação e os sindicatos dos Médicos e dos Enfermeiros participaram, no dia 9/10, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, do ato de apoio e assinatura das emendas populares ao orçamento estadual para 2008. Como o projeto orçamentário apresentado pelo governo para o próximo ano não cumpre as determinações legais, as emendas objetivam corrigir essas falhas e destinam 12% à saúde e 35% à educação.

Os 35% para a educação são previstos na Constituição estadual e a emenda da saúde determina que o Executivo deve abrir

créditos suplementares de R\$ 791 milhões para o cumprimento do percentual mínimo de 12% da receita líquida em ações e serviços públicos de saúde. Porém, a peça enviada ao parlamento incluiu outras despesas que não são típicas da saúde nem obedecem ao princípio da universalização do acesso. “As emendas populares são uma conquista do povo gaúcho. Porém, como não há garantia de que serão incluídas no orçamento, é preciso que as entidades pressionem o parlamento para que elas sejam efetivadas”, lembrou o deputado Raul Pont (PT). Ele adiantou que, a exemplo do que foi feito em relação ao governo Rigotto, ajuizará ação contra o atual governo pelo não-cumprimento da Constituição.

Atos pedem transparência em concessões de comunicação

Democracia, transparência e respeito à Constituição Federal foram as principais reivindicações das organizações que participaram do lançamento nacional da Campanha por Democracia e Transparência nas Concessões de Rádio e TV, que aconteceu em 5/10 em 16 capitais. CUT, UNE, MST, Central de Movimentos Populares, Associação Brasileira de Ongs, Marcha Mundial das Mulheres, Interozoes e sindicatos saíram às ruas para marcar o início de uma série de ações para pressionar o governo federal e o Congresso Nacional a instituírem mecanismos de participação popular e critérios claros e transparentes para a renovação das concessões de rádio e televisão. Em Porto

Alegre, foi realizado um ato em frente à sede de jornais e rádios do grupo RBS. Foi lido um Contrato Popular proposto às emissoras para as concessões. Segundo as organizações, as manifestações marcam somente o início da campanha, que pretende promover uma série de atividades durante os próximos meses, como audiências

Dialógico.blogspot.com / Divulgação



públicas, manifestações populares e ações no campo jurídico.

O movimento busca discutir critérios para outorga e renovação das concessões, ações contra irregularidades no cumprimento das responsabilidades pelos atuais concessionários (como excesso de publicidade, outorgas vencidas, controle ilegal de emissoras por parte de parlamentares), o fim da renovação automática das outorgas, a instalação de uma comissão de acompanhamento das renovações e a convocação imediata da Conferência Nacional de Comunicação, que dará as linhas gerais de um novo marco regulatório para as comunicações.

Professores acorrentados

Centenas de professores e funcionários de escolas estaduais acorrentaram-se, na madrugada de 11/10, nos portões do Palácio Piratini, para denunciar a falta de pessoal nas escolas, as más condições de trabalho, a política de junção de turmas e a proposta de aumento do ICMS

Rosane Vargas



feita pela governadora Yeda Crusius. O chefe da Casa Civil, Luiz Fernando Záchia, prometeu nomear um interlocutor para negociar, pois a secretária de Educação, Mariza Abreu, não tem mais diálogo com o magistério.

Encontros

Negociação coletiva no centro do debate

O Sintrajufe, em parceria com o Coletivo dos Servidores Públicos da CUT/RS, o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Estadual/RS, o Sindicato dos Servidores do Ministério Público Estadual/RS e o 23º Núcleo do Cpers/Sindicato, realizou, dia 5/10, em Santana do Livramento, o debate *Negociação coletiva, direito de greve e estabilidade – Novos paradigmas para os servidores públicos*. Participaram aproximadamente 50 pessoas, das categorias envolvidas, entre elas vários colegas do Judiciário da região.

Os palestrantes chamaram a atenção para os diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre os três temas em debate. Eles ressaltaram que somente a união de ações entre as entidades poderá contrapor os interesses que estão em jogo e o forte lobby no Congresso.

A tática dos setores conservadores é começar as reformas

pelos estados, a exemplo do projeto de lei complementar 322/2007, apresentado pelo Tribunal de Justiça do RS. A ma-

Sérgio Amorim / Especial



Servidores de várias categorias participaram do encontro em Santana do Livramento

téria estabelece um sistema de avaliação anual de desempenho dos servidores estáveis da Justiça de Primeiro Grau e do quadro de serviços auxiliares do TJ e da Justiça Militar do estado.

O PLC prevê a exoneração do funcionário que tiver o desempenho considerado insatisfatório por duas vezes seguidas ou

três intercaladas. Os servidores ficariam a mercê das chefias e os dirigentes sindicais ficariam sujeitos a perseguições, o que

enfraquece sobremaneira os sindicatos e, portanto, as reivindicações dos trabalhadores do serviço público. A tática consiste em primeiro implantar em estados para então levar aos servidores federais.

Negociação e direito de greve

Existem vários projetos tra-

mitando sobre esses dois temas desde o governo Fernando Henrique. Segundo os debatedores, nenhum contempla os servidores.

Eles concordam que a discussão deveria partir da ratificação da convenção 151 da OIT, sobre organização sindical e processo de negociação dos trabalhadores do serviço público, que o governo federal prometeu enviar ao Congresso em setembro, mas ainda não o fez.

Quando o debate foi aberto para as intervenções da platéia, houve grande participação, discutindo táticas a fim de combater os ataques que se avizinharam e a importância de uma ação conjunta. Foi proposta a realização de reunião com vista à criação de um coletivo de servidores públicos em Livramento, com a participação de todas as entidades.

Oficiais de justiça discutem presente e futuro do cargo

Oficiais de justiça de todo o estado participaram, dia 29/9, do 7º Encontro Estadual de Oficiais de Justiça, uma promoção do Núcleo do Sintrajufe. Foram quatro palestras, ao final das quais os oficiais puderam trocar informações e interagir com os debatedores, levando sua experiência diária para o centro da discussão.

A segurança, os riscos no desempenho das atividades e a ética foram os temas abordados. No final, os colegas debateram diversos assuntos sobre carreira, cursos de formação, projetos de lei de interesse do setor,

entre outros temas. As propostas aprovadas serão colocadas à disposição no link do Núcleo em breve.

Estiveram presentes oficiais das seguintes cidades: Novo Hamburgo, Canoas, Pelotas, Carazinho, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria, Santo Ângelo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Montenegro, Rosário do Sul, Santa Rosa, Torres, Santa Cruz, Esteio e um representante do

Sindiquinze, de São Paulo. A cobertura do evento será publicada no T-Liga 258.

Rosane Vargas



Segurança foi um dos temas debatidos no encontro

Agentes de segurança

NAS quer criação de pós-graduação em segurança

O Núcleo dos Agentes de Segurança do Sintrajufe (NAS) está em contato com instituições de ensino superior buscando a montagem de um curso de pós-graduação em segurança institucional direcionado para o cargo de agente de segurança judiciária. Nas Faculdades Porto-Alegrenses (Fapa), a coor-

denação de pós-graduação está avaliando as propostas apresentadas pelo Núcleo e deve se posicionar sobre a viabilidade ainda este mês.

Na Ufrgs, a negociação está mais avançada. Já houve uma reunião com o professor José Vicente, mestre em Sociologia e coordenador dos cursos de

Segurança Pública em convênio com o governo federal. Em uma nova reunião, no fim do mês, será apresentada uma proposta de grade curricular, horários, duração e valores. A especialização deve estar em consonância com as exigências dos tribunais para o recebimento de adicional de qualificação e poderá ter início

no primeiro semestre de 2008.

É necessário um número mínimo de interessados para a viabilização desse curso específico. Por isso, o NAS solicita aos agentes que tenham interesse na pós-graduação, que deixem seu nome na lista de interessados, ligando para o Sintrajufe, com Odete ou Cida.

Recesso

Sindicato busca contato com parlamentares

O substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) no projeto de lei complementar 6/07 não foi apreciado na semana passada, pois até o momento não há acordo entre as lideranças no Senado para votação de qualquer matéria. O Sintrajufe vem trabalhando para que o substitutivo não seja aprovado.

O PLC 6/07 é de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) e visa uniformizar o período de recesso de 20/12 a 6/1 em todo o Judiciário Federal e Estadual. É o atendimento ao pleito dos advogados de terem um período coletivo de férias. No entanto, o substitutivo de Simon, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, retira o caráter de feriado e só mantém a suspensão de prazos e audiências no período.

Todo cuidado tem sido tomado nas tratativas visando manter a redação atual, que garante o recesso de 20/12 a 6/1. O Sintrajufe tem concordância com o pleito dos advogados, que visa facilitar o trabalho dos pequenos escritórios. No entanto, não con-

Rosane Vargas / Arquivo Sintrajufe



Mendes Ribeiro quer manter texto original, que garante o recesso

corda com o substitutivo, que penaliza exclusivamente os servidores.

Nas últimas semanas, foram feitas várias reuniões em conjunto com o sindicato do Judiciário Estadual, como as divulgadas no **T-Liga** 254 com o deputado Mendes Ribeiro Filho e com o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), contato em Brasília com o senador Paulo Paim (PT-RS), além de outras articulações por meio

da direção do sindicato e da Fenajufe. A finalidade é garantir a aprovação no Senado da versão original apresentada por Mendes Ribeiro, aprovada na Câmara, e não o substitutivo do senador Simon.

O Sintrajufe tem obtido receptividade nos contatos efetuados com alguns membros conselheiros da OAB, a fim de buscar um consenso na proposta a ser defendida por advogados e servidores do Judiciário. Se for aprovado, o substitutivo retornará à Câmara dos Depu-

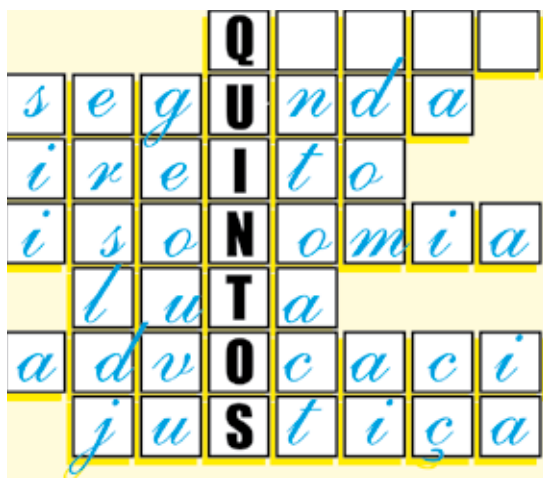
tados, onde será novamente apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Na audiência de 7/8, o deputado Mendes Ribeiro Filho afirmou aos representantes do Sintrajufe que, caso isso ocorra, buscará retomar a versão original do seu projeto. O Sintrajufe busca marcar, para os próximos dias, uma nova audiência com o deputado.

Pagamento de passivos

Fenajufe faz cobrança de pagamentos em reunião do CJF

O pagamento de passivos trabalhistas, em especial os juros da URV e dos quintos, foi o tema da reunião da Fenajufe, dia 11/10, com o secretário-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), Alcides Diniz. Foi reivindicado empenho do CJF para uma saída quanto à disponibilidade de verba orçamentária para quitar todos os valores pendentes aos servidores da JF.

Diniz afirmou que não há verba disponível para quitar todos os juros da URV, mas que há possibilidade de haver sobra orçamentária para pagar parte desses passivos. Segundo Diniz, o pedido de crédito suplementar já foi feito ao Ministério do Planejamento, que o encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Porém, o CNJ não tomou nenhuma decisão sobre o pedido. Diante dos argumentos do representante do



CJF, a Fenajufe lembrou a decisão do CNJ, na sessão de 25/9, reconhecendo o pagamento para os magistrados de adicionais por tempo de serviço de 2005 a 2006 e ressaltou que os servidores não vão aceitar que os tribunais utilizem recursos para beneficiar os magistrados, em detrimento de pagar os juros da URV e os quintos.

A Fenajufe solicitou que, mesmo não havendo no momento recurso disponível para quitar todos os passivos, o secretário geral e o presidente do CJF, ministro Raphael Monteiro de Bar-

ros, atuem junto ao CNJ e ao Executivo para garantir o crédito suplementar necessário. Diniz informou que em 15/10, haveria uma reunião com o ministro Monteiro, também presidente do STJ, e garantiu que apresentará a reivindicação dos servidores. O secretário-geral se comprometeu a apresentar ao presidente do CNJ os valores referentes às sobras orçamentárias e que a expectativa é definir uma orientação uniforme para que

os regionais priorizem o pagamento de parte dos passivos aos servidores.

Na reunião de 11/10 o secretário geral do CJF informou que o valor do benefício do auxílio-creche será uniformizado em toda a JF, equiparando com o que é pago atualmente no TRF da 1ª Região (R\$ 350,00). Alcides informou também que, além da uniformização, não será mais exigida a matrícula do filho para que o servidor tenha o direito de receber o auxílio-creche.

Sintrajufe busca a solução para os servidores da JE

O economista Washington Moura de Lima, que assessora vários sindicatos do Judiciário Federal no que diz respeito à execução orçamentária dos três ramos do Judiciário Federal, demonstrou que na JE haverá sobra de orçamento na ordem de R\$ 400 milhões. No encontro de presidentes de Regionais, que acontecerá nos dias 18 e 19/10, em Porto Alegre, o Sintrajufe buscará espaço para encaminhar um documento em que reivindica que as sobras orçamentárias dos tribunais sejam usadas no pagamento de passivos, como quintos, URV e pendências do PCS. Para esta questão, o Sintrajufe firmará parcerias com outros sindicatos da categoria para que se unam em torno do tema e pressionem os tribunais.

Já estão abertas inscrições para Encontro Estadual

O Núcleo de Aposentados do Sintrajufe já está preparando o seu 10º Encontro Estadual. Será no dia 22/11, no hotel Blue Tree Millenium, em Porto Alegre (av. Borges de Medeiros, 3120). As inscrições estão abertas e podem

ser feitas pelo telefone (51) 3235-1977, com Ana Silva ou pelo e-mail naf@sintrajufe.org.br.

Na edição deste ano estão programados debates sobre conjuntura, qualidade de vida, processos e projetos de interesse da categoria. Também será

debatida a organização do Núcleo, com eleição da coordenação para os próximos 12 meses.

A programação será divulgada posteriormente. Os aposentados sindicalizados receberão o material em casa, via Correios.

O evento é aberto a toda

categoria, sindicalizados ou não. Os colegas que ainda não se aposentaram também estão convidados. Os sindicalizados terão pagas as despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem para os que moram no interior.

Agenda do NAF

O Núcleo de Aposentados tem uma agenda de atividades até o final do ano. Todos os aposentados sindicalizados estão convidados a participar.

Mês	Evento	Dia
Out.	Reunião	18
	Quintativa	25
Nov.	Reunião	8
	Encontro Estadual	22

GEL

Juíza ainda não apreciou embargos

O Sintrajufe encaminhará recurso ao TRF quanto à improcedência na ação da antiga gratificação especial de localidade – GEL (atual VPNI). Antes, porém, a assessoria jurídica ingressou com embargos para que a juíza determine que os valores pendentes só sejam descontados após o julgamento final da ação, se for mantida a posição contrária. Como a juíza que apreciou a ação em regime de mutirão na Subseção de Lages (SC), o sindicato fez vários contatos para agilizar o despacho e evitar prejuízos na folha deste mês. No entanto, no dia 11/10, a informação obtida diretamente em Lages é que a juíza já havia despachado encaminhado o processo por malote para a 7ª VF de Porto Alegre. No entanto, ainda não havia chegado à secretaria até o fechamento desta edição e não conseguimos saber qual o teor. O sindicato tomará medidas para que não haja novos descontos neste momento e também para garantir a manutenção do pagamento da VPNI aos servidores abrangidos.

CCJ aprova admissibilidade da PEC que põe fim à contribuição previdenciária

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, por unanimidade, no dia 3/10, o parecer do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) pela admissibilidade da PEC 555/06 (foi apensada a esta a PEC 152/07). As duas PECs revogam o artigo 4º da emenda constitucional 41, da Reforma da Pre-

vidência, que instituiu a contribuição previdenciária sobre proventos de servidores aposentados e pensionistas. De acordo com o Regimento Interno, será criada uma comissão especial que analisará o mérito. Se aprovada, seguirá para o plenário, com votação em dois turnos e, depois, para o Senado.

O aposentado e a EC 41

Cláudio Silva Rufino
da coordenação do Núcleo dos Aposentados

A contribuição previdenciária do aposentado foi criada pela emenda constitucional 41, instituidora da Reforma da Previdência, mas não é imutável. Surgiu como a CPMF, para suprir o caixa do governo. Mais fácil arrancar dos mais fracos. Os militares foram poupados.

O aposentado do serviço público teve seu direito adquirido solapado, com respaldo de uma maioria eventual do STF de sete votos a quatro. Contudo, a questão não terminou.

Existem duas propostas de emendas constitucionais para revogar o artigo 4º da triste EC 41, oriundas do grupo partidário governista, muito embora, antes

da eleição, o atual presidente tenha se manifestado contrário a qualquer modificação dos direitos dos aposentados.

Cabe a cada um dos aposentados iniciar um esforço junto aos parlamentares federais e a setores representativos da sociedade no sentido de mobilizar a própria opinião pública em prol da PEC 555/06.

A deliberação de omitir-se não pode passar pela cabeça do aposentado federal.

Lembre-se de ter passado os melhores anos de sua vida atrás de balcões embolorados e carcomidos pelo tempo, datilografando em máquinas obsoletas, quando as elétricas já dominavam, carimbando papelada infindável, sentando em cadeiras horríveis, inobservando comezi-

nhos cuidados ergonômicos.

Agir agora. Já. De pronto.

Escreva a seu deputado federal, vá a reuniões quando ele estiver na cidade ou na capital. Fale. Mexa-se.

A omissão somente servirá para aumentar medidas restritivas de direitos do aposentado. Quem recua acaba encurralado para sempre.

A pronta ação de nossas lideranças sindicais, do Sintrajufe e da Fenajufe garantiu aos aposentados integrarem o último Plano de Cargos e Salários. Não fosse assim, estaria o aposentado amargando uma demanda judicial com resultado incerto, sujeita, quiçá, a atual maioria do STF, sabendo terem sido quase todos seus integrantes nomeados pelo atual presidente.

Isonomia dos chefes de cartório na JE

Em reunião dia 9/10, no TSE, a Fenajufe solicitou ao ministro Cezar Peluso agilidade na tramitação do processo administrativo que trata da isonomia do pagamento das funções comissionadas aos chefes de cartórios eleitorais. No encontro, foi entregue documento elaborado pela Federação com os argumentos em defesa da igualdade entre os chefes de cartórios das cidades do interior e das capitais. De acordo com o texto, “não se justifica, à luz da Constituição, que se mantenha a distinção remuneratória entre os chefes de cartório do interior do estado e das capitais, em desfavor dos primeiros. As atribuições funcionais são as mesmas,

na capital e no interior. Não há, nos demais ramos do Poder Judiciário, notícia de disparidade de contraprestação aos ocupantes de funções iguais das capitais ou interior”. A Fenajufe argumentou ainda que a diferença não se trata de “vantagem de caráter individual ou relativa à natureza ou ao local de trabalho, não estando, portanto, presentes os fatores constitucionalmente aptos a justificar a diferença”. A Fenajufe reforçou o pleito pela agilidade na votação do processo para que o projeto de lei a ser elaborado sobre o tema seja encaminhado ainda este ano ao Congresso Nacional. Cezar Peluso prometeu agilizar a tramitação do processo.

Nossos direitos

Assembléia decidirá sobre ação dos 14,23%

O Sintrajufe/RS realizará, no dia 7/11, às 19h, na sede do sindicato, assembléia geral para decidir sobre a autorização de ingresso de medida judicial no RS relativa aos 14,23%. Esse percentual é apurado a partir da aplicação da vantagem pecuniária individual (VPI) de R\$ 59,87, concedida em 2003 pela lei 10.698/03, sobre o menor vencimento recebido no Poder Executivo (R\$ 420,66) à época.

No mesmo ano, foi publicada a lei 10.697/03, que concedeu a todos os servidores federais a revisão geral de 1% a partir de 1º de janeiro daquele ano. O argumento principal da ação é que



a lei 10.698/03 da VPI também se constitui em revisão geral dos salários e foi aprovada em separado para burlar a obrigatoriedade de concessão de um único índice a todos os servidores como

determina a Constituição.

No caso, a revisão geral que deveria ser concedida a todos seria de 15,23%, que representa o somatório das duas leis: 1% da 10.697 já concedido a todos agregado do percentual que representa a VPI (R\$ 59,87) sobre o menor vencimento existente à época (14,23%). No caso de uma vitória numa medida judicial, o percentual de ganho variará conforme o padrão remuneratório de cada servidor (o resultado é a diminuição do limite de 14,23% do percentual que representa os R\$ 59,87 sobre o vencimento da época, ou seja, os padrões menores terão ganhos menores).

O Coletivo Jurídico Nacional da Fenajufe firmou entendimento pela viabilidade do ingresso da ação judicial relativa aos 14,23%. A posição favorável do Coletivo ao ingresso da ação também se baseou nas próprias razões do Executivo que acompanharam o projeto de lei da VPI e na utilização para seu pagamento de recursos orçamentários previstos originariamente à revisão geral.

A partir da posição quanto à viabilidade, a assessoria jurídica nacional da Federação elaborou minuta que foi encaminhada aos sindicatos de base, os quais já estão encaminhando para deliberação e encaminhamento em cada estado.

Remoção

Votação é adiada novamente no TSE

A tramitação do processo da remoção teve novos desdobramentos no TSE. Apesar de ter garantido à Fenajufe que colocaria o processo em votação dia 2/10, o ministro Caputo Bastos, relator da matéria, deu-se por impedido. O processo foi redistribuído ao ministro Gerardo Grossi.

Em reunião com o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura, dia 4/10, a Fenajufe reivindicou agilidade na tramitação do processo para que a remoção seja regulamentada logo na JE, atendendo aos interesses dos servidores pela isonomia com os outros ramos do Judiciário Federal.

De acordo com os coordenadores da Fenajufe que participaram da reunião, o trabalho será para que, apesar da substituição de relator, a votação ocorra o mais rápido possível.

Os representantes da Federação defenderam, na audiência com a DG, a realização de um concurso nacional de remoção na Justiça Eleitoral, baseado na forma em que será feito na Trabalhista e na Federal. Para a Fenajufe, o concurso deve contemplar os servidores em estágio probatório. Athayde foi receptivo à sugestão e se colocou à disposição para continuar o debate. A Fenajufe já solicitou audiência com o ministro Grossi.

Pagamento de retroativo na JE

Na reunião com o diretor-geral do TSE, a Fenajufe pediu informações sobre a disponibilidade orçamentária para o pagamento do retroativo do enquadramento, previsto no artigo 22 da lei 11.416/06. A incorporação foi uma importante conquista da categoria, mas é necessário que o TSE pague imediatamente o retroativo. De acordo com Athayde Fontoura, os valores para quitação já estão previstos no orçamento de 2008 e o pagamento deve ocorrer no início do ano.

Sintrajufe reitera pedido de audiência com a presidência

O sindicato protocolou um novo ofício reiterando pedido de audiência com a presidente do TRF, desembargadora Silvia Maria Gonçalves Goraieb. O objetivo do encontro é retomar alguns pontos que foram tratados na audiência do dia 16/8, além de outros que surgiram nesse período. Até o fechamento desta edição, o Sintrajufe não obteve resposta da administração.

TRF implementa um novo concurso, mas não oferece vagas em várias cidades

A administração do TRF implementou um novo concurso de remoção. A publicação do edital 02/07 ocorreu no dia 7/10. A medida é importante, pois atenderá a mais um grupo de servidores. No entanto, em vez de avançar numa proposta mais duradoura, como a implementação da lista de espera reivindicada pelo sindicato, que seria benéfica ao próprio órgão, a administração criou mais um critério que exclui parte dos interessados.

Desta vez, não foram oferecidas as vagas onde há lista específica do concurso público. É mais uma medida que não se justifica. Em outras gestões foram utilizados diferentes critérios que excluíam os servidores em estágio probatório, ou, logo depois, aqueles que tinham sido removidos no período anterior. Todos esses critérios acabaram caindo por terra posteriormente, mas prejudicaram muito

servidores que ficaram impossibilitados de participar, em determinado momento, dos concursos de remoção.

O novo edital exclui as vagas nas cidades que tenham concurso público. Mais uma medida que prejudica muitos servidores. Apesar de o lançamento do novo edital ser um avanço, o sindicato cobrará a implementação de novas medidas que realmente encaminhem uma solução para esse problema histórico na Justiça Federal. Audiência com o TRF para tratar da remoção e de outros assuntos do interesse da categoria continua pendente de agendamento pela presidência do Tribunal. A proposta já protocolada pelo sindicato atende inclusive ao interesse da própria administração, com a diminuição do quantitativo de pedidos individuais que tramitam a todo momento na área de recursos humanos.

Cultura

Música e bate-papo animam Sexta Básica

Ana Paula Faria / Especial



Segala faz releitura de músicas gaúchas



Barrios e Mendes: novos olhares sobre o gauchismo

Em 28/9, o Sintrajufe recebeu o jornalista e mestre em Literatura Paulo Mendes e o engenheiro florestal especialista em extensão rural, Luis Fernando Barrios para mais uma edição da Sexta Básica. Os convidados debateram o mito do gaúcho, o tradicionalismo, a música e a literatura gauchescas no painel chamado *Cultura gaúcha além dos bretes do MTG* (Movimento Tradicionalista Gaúcho).

O bate-papo teve a participação do público, com a leitura de poemas, e alguns dos presentes até se arriscaram na cantoria. Depois, aconteceu a apresentação do cantor e compositor Otávio Segala, que fez uma releitura de músicas gaúchas em voz e violão.

Mais duas cidades do interior terão oficinas

Conforme divulgado no **T-Liga 255**, ficaram abertas até o dia 29/9 as inscrições para encaminhamento de projetos para a realização de oficinas no interior naquelas cidades que perderam o prazo regular no início do semestre. As cidades que encaminharam projetos foram Canoas, com Dança de Salão, e Taquara, com Yoga. As aulas acontecem até o dia 7/12. As cidades que não se mexeram neste semestre já podem ir pensando no que desejam realizar no próximo. Em breve, será divulgado o calendário completo para as oficinas do interior no ano de 2008.

Curso propõe reflexões sobre a luta dos trabalhadores

Nos dias 9 e 10/11, o Sintrajufe realiza o curso História das Lutas dos Trabalhadores, em Porto Alegre, em local ainda a confirmar. O curso é aberto a todos os sindicalizados e as inscrições podem ser feitas até o dia 29/10, impreterivelmente. O conteúdo completo do curso e a ficha de inscrição estão disponíveis no site do sindicato.

O ministrante será o escritor e ex-metalúrgico Vito Giannotti, coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), que realiza os cursos de história das lutas operárias e de comunicação para jornalistas, estudantes de comunicação e dirigentes sindicais. Giannotti é autor, entre outros, dos livros *Cem anos de luta da classe operária*, *Reconstruindo nossa história – Um século de lutas*, *Trabalhadores, muitas lutas numa só classe*, *A liberdade sindical no Brasil*, *O Dia da Mulher nasceu das mulheres socialistas* e *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*.

Ocupar cargos para o qual NÃO FEZ CONCURSO PÚBLICO?



SIM

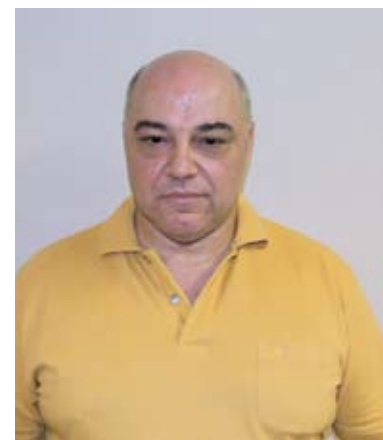
ao concurso público

NÃO

À PEC 02 E AO PARA-QUEDISTA DE CARGOS

O óbvio é que os tempos vão mudando circunstâncias e dimensões que nos afetam, funcionários públicos ou não. O referencial utilizado pelo poder obedece a conveniências e necessidades estranhas à condução estável de um padrão de vida razoável, de um modo geral, para dizer o menos. As perspectivas demandam reflexão sobre o que ainda temos de lutas pela frente. O Sindicato está aí como nosso instrumento principal e só com nossa participação ele cumprirá sua missão.

Francisco Ritter de Abreu
TRF



A SINDICALIZAÇÃO NOS FORTALECERÁ



Sintrajufe RS FENAJUFE
SINCRATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS

O amanhecer em Lisboa, Portugal, foi registrado pela colega Roseliane de Vasconcellos Meissner Pinto, da Seção de Cadastramento de Bens do TRT. Faça como ela, mande suas fotos para o T-Liga.



Agenda

DIRETORIA COLEGIADA

27/10 – 9h, na sede. Reunião ordinária.

ASSEMBLÉIA GERAL

7/11 – Assembléia geral. Outras informações nas próximas edições.

DIREÇÃO DE BASE

28 e 29/11 – Eleições.

Desconto em cursos de pós-graduação

O Sintrajufe firmou convênio com a Imparare Cursos Jurídicos, especializada em pós-graduação na área do direito do trabalho e processo civil. As condições do convênio estabelecem um desconto de 10% nas mensalidades (cuja parcela é de R\$ 250,00), desde que haja um número mínimo de cinco sindicalizados por turma. Os cursos terão a duração de 11 meses, sendo um encontro semanal e material didático gratuito (quatro livros-fichário).

Em Porto Alegre, a sede da escola fica rua Padre Chagas, 147/1305, Moinhos de Vento. O convênio também contempla várias cidades do interior. Mais informações podem ser obtidas no endereço www.imparare.com.br ou pelo telefone (51) 3533-2763. Novas turmas iniciam as aulas em novembro.

Crianças terão festa dia 20

Acontece no dia 20 de outubro, a partir das 15 horas, na sede do sindicato, a festa do Dia das Crianças do Sintrajufe. O sindicato traz neste ano o músico e arte-educador Beto Hermann para a apresentação do espetáculo Planetinha Natureza. No espetáculo Beto conta a história de Leopoldo, um personagem que ama a Natureza e ensina às



crianças princípios importantes para que nosso meio ambiente seja protegido. Antes e depois do espetáculo serão realizados jogos e brincadeiras. Exerça a solidariedade: traga um brinquedo novo ou em boas condições para doação. Quem não puder vir na festa, pode doar um brinquedo depositando nas caixas que estão nos prédios do Judiciário.

Nomes dos vencedores dos concursos serão divulgados em coquetel

Dia 26 de outubro, a partir das 20 horas, no Café da Oca (rua João Telles, 512) acontece o coquetel de premiação do 3º Concurso Literário Mario Quintana e do 3º Concurso Fotográfico do Sintrajufe. Depois, terá a apresentação musical da cantora Carolina Albuquerque, com samba, bossa e jazz. Na mesma noite, além da revelação dos três primeiros lugares do concurso fotográfico, acontecerá a escolha

do 4º lugar que será eleito por júri popular. As fotos vencedoras do concurso fotográfico ficarão expostas para visita no Café da Oca de 26/10 a 23/11. É uma oportunidade para convidar os amigos e familiares para conhecerem as fotos que irão compor o calendário Sintrajufe 2008.

Autógrafos

A sessão de autógrafos do livro *A semente e o verbo* será no dia 27 de outubro, às 18h,

no Memorial do Rio Grande do Sul. O livro conta com textos dos alunos da Oficina de Criação Literária do Sintrajufe e os textos vencedores do 3º Concurso Literário Mario Quintana do sindicato.

■ Serviço

O que: coquetel de premiação

Quando: dia 26/10, 20h

Onde: Café da Oca (João Telles, 512), bairro Bom Fim

Importante: sem pagamento de couvert

Ingressos de cinema

Mês	Reserva	Entrega
Out.		24, 25 e 26
Nov.	5, 6 e 7	26, 27 e 28
Dez.	3, 4 e 5	17, 18 e 19

Sintrajufe realiza 2ª Natal com Arte

O Sintrajufe realizará, entre os dias 3 e 6/12, a 2ª edição da feira Natal com Arte. Será uma oportunidade para que colegas e seus dependentes que produzem artesanato mostrem e comercializem seus objetos. Serão admitidas as inscrições de materiais de produção absolutamente artesanal e caseira. Para que a Feira seja diversificada, em caso

de mais de três tipos de artesanatos semelhantes, haverá sorteio de três. As inscrições só poderão ser feitas pessoalmente, entre 12 e 16/11, na sede do Sintrajufe, das 10h às 12h e das 14h às 17h. Os nomes dos selecionados serão divulgados a partir do dia 21/11. Em breve divulgaremos o regulamento na página do sindicato.

Atenção, atletas!

Atenção, atletas! Comecem o treinamento, vão aquecendo! Acontecerá em abril de 2008 o Campeonato Esportivo do Sintrajufe. Em breve serão divulgadas as modalidades.



Sintrajufe RS

Boletim Quinzenal do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS • Filiado à CUT e à Fenajufe

• Coordenadora da Secretaria de Comunicação: Cristina Lemos • Edição e Diagramação: Rosane Vargas • Redação: Marcelo Antunes

• Ilustrações: Leandro Dóro • Distribuição: Daniel Borges • Impressão: VT Propaganda • Tiragem: 5.500 exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 90130-000 - Fone/Fax: 51 3235.1977 - e-mail: imprensa@sintrajufe.org.br - site: www.sintrajufe.org.br